

Projeto Economia de Comunhão: Possibilidades e Limites de Uma Prática Econômica Empresarial em Tempos de Privatização

Communion Economy Project: Possibilities and Limits of Business Practice in Times of Economic Privatization

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes^{ab*}; Elisa Maria Andrade Brisola^a; Juliana Alves Barbosa^{ac}

^aUniversidade de Taubaté, Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano, SP, Brasil

^bPrefeitura Municipal de São José dos Campos, SP, Brasil

^cPrefeitura Municipal de Pindamonhangaba, SP, Brasil

*E-mail: nilsenmarcondes@gmail.com

Resumo

Tecer considerações a respeito de novas alternativas de práticas econômicas empresariais em tempos de privatização é relevante, pois permite a abertura de outros horizontes. Em face desta realidade, objetiva-se com este estudo teórico, qualitativo, exploratório e de caráter bibliográfico, oferecer elementos que possam contribuir enquanto chave heurística à reflexão da prática econômica empresarial em tempos de privatização, emergência da questão social e alternativas de enfrentamento. Os resultados apontam que o despontar e a consolidação de alternativas de respostas por meio do terceiro setor têm ocorrido na medida de suas possibilidades.

Palavras-chave: Privatização. Prática Empresarial. Terceiro Setor. Questão Social.

Abstract

Making considerations on new alternatives of economic business practice in times of privatization is relevant because it allows us opening new horizons. Towards this reality, this theoretical, qualitative, exploratory and bibliographical research aimed to offer elements that can contribute as a heuristic key to reflection of economic business practice in times of privatization, emergence of social issues and coping alternatives. The results show that the emergence and consolidation of alternative responses through the third sector have occurred in their possibilities.

Keywords: Privatization. Business Practice. Third Sector. Social Issue.

1 Introdução

Sabe-se que o conhecimento é um pré-requisito para impulsionar a consciência crítica. E, ainda, caminhar na direção do enfrentamento da questão social significa não se desarticular da realidade histórica. Pelo contrário, a inserção contínua no contexto atual mediada pela busca do conhecimento, pautado em questões culturais, antropológicas, sociais, econômicas e políticas de uma nação deve ser acompanhada pelas novas exigências por instrumentalização por parte daqueles que se voltam às alternativas de enfrentamento da situação de fragilidade socioeconômica pela qual se encontra uma parcela significativa da população brasileira.

A atualização constante de conhecimentos contribui para o aprofundamento e a reflexão a respeito da conjuntura atual, considerando-a como uma das responsáveis pelas diversas formas com que a questão social se materializa neste cenário. Ao mesmo tempo, tal imbricamento da análise entre questão social e propostas interventivas do Terceiro Setor, torna-se terreno fecundo ao favorecimento de inúmeras possibilidades de intervenção direcionadas ao enfrentamento da questão social e isso independente da prática interventiva estar situada no âmbito do primeiro, do segundo ou do terceiro setor.

O transcorrer dos fatos históricos nas últimas décadas, levando em consideração todo o cenário político e econômico nacional e internacional, favorece a reflexão sobre a importância de novas alternativas de práticas econômicas empresariais e suas repercussões na vida em sociedade. Isso se configura como compromisso necessário àqueles que buscam adotar posturas reflexivas e interventivas em torno de alternativas que possam minimizar os efeitos da questão social.

O deslocamento da análise da questão social para a da intervenção que alguns organismos do Terceiro Setor realizam é imprescindível e necessária, pois o favorecimento dessa interconexão possibilita a compreensão de que ambas as realidades encontram-se ancoradas num mesmo cenário sólido, qual seja a sociedade considerada como espaço de sobrevivência, de relação de trocas e a busca pelo desenvolvimento em todos os níveis.

Por fim, ressalta-se que uma análise síntese de acontecimentos históricos que envolvem o Estado brasileiro e outras nações deve ser acompanhada pela compreensão de que existem limites e dificuldades no estudo na medida em que o assunto tratado se apresenta como processo em andamento. Isso posto, parte-se agora para as reflexões.

2 Desenvolvimento

2.1 Cenário político e econômico nacional

Desde o final dos anos 70 e primórdios dos anos 80 foram se fortalecendo as demandas e aspirações dentro da sociedade brasileira em torno de novas formas de conduzir as decisões no interior da nação. Paralelamente, verificou-se também um crescer dos movimentos que lutavam pela redemocratização. Essas aspirações às mudanças se materializaram na consolidação da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, que além de evidenciar sua característica democrática, de certa forma concretizava o ordenamento jurídico-político tão defendido pelos brasileiros (PAULO NETTO, 2004).

Verificava-se, portanto, que na dimensão político-jurídica a Constituição de 1988 se apresentava como um grande avanço em toda a história do Brasil quando comparada às Constituições anteriores por exemplo. Mas, não obstante a esse avanço, o aparelho estatal permanecia em pleno funcionamento e ainda carregado por ideologias presentes no ideário político-econômico dos governos anteriores, qual seja do período ditatorial.

Embora gradativamente a ditadura fosse perdendo o reconhecimento social que possuía junto à nação brasileira, isso não impediu que o aparelho do Estado no âmbito municipal, estadual e federal fosse ocupado por governantes imbuídos por ideais contrários à democracia. E isso ocorreu tanto na esfera do Executivo, quanto do Legislativo e Judiciário. Com isso, a estrutura do poder, ou seja, do mando, não sofreu nenhuma alteração, muito embora esse fosse o desejo da nação brasileira quando defendeu o protagonismo popular como essencial na busca de reformas, na busca dos direitos sociais (BEHRING, 2008; PAULO NETTO, 2004).

A “reforma” do Estado que se pretendia efetivar logo após o término do período ditatorial, ou seja, a adequação das estruturas do Executivo, Legislativo e Judiciário ao redesenho jurídico-político do Brasil que enfatizava as garantias sociais, não se concretizou na prática. E a não concretude desta “reforma” acabou por sucumbir as propostas democráticas aos deletérios esquemas da hegemonia do capitalismo internacional. Isso ocorreu porque enquanto no Brasil se buscava consolidar o período de transição do modelo político e econômico do regime militar, para o modelo democrático, o cenário internacional vivia uma experiência oposta e na contramão das garantias dos direitos sociais. A crise mundial do Estado de bem-estar social tornava-se pública nesse período (BEHRING, 2008; MOTA, 2010; PAULO NETTO, 2004).

De outro ângulo, a burguesia brasileira em conjunto com os organismos internacionais assumiu outra estratégia nessa transição democrática. Tal estratégia não se efetivou em consonância aos interesses da população em geral por isso caracterizada como estratégia “contrarreformista” (BEHRING, 2008). Além dos interesses se configurarem como opostos aos anseios populares, dentro do próprio bloco do poder, composto pela burguesia e demais atores

envolvidos, verificou-se ausência de unicidade nas ações e interesses (PAULO NETTO, 2004).

Com isso, os setores conservadores (latifundiários) e os modernizantes (industrialistas) da burguesia brasileira juntamente com representantes do capital financeiro mundializado passaram a reivindicar alterações nos caminhos a serem construídos a partir do fim da ditadura de forma fragmentada sem que houvesse unidade nas propostas apresentadas por eles. As divergências para indicação de governantes para ocupar os cargos políticos, por exemplo, evidenciava essa fragmentação. A construção de um pacto político e mesmo de natureza socioeconômica se apresentava sempre como um impasse para esse bloco dominante (PAULO NETTO, 2004).

Esta peculiar transição democrática que contribuiu para o desenvolvimento capitalista no país imprimiu uma marca na história política brasileira que foi se consolidando paulatinamente. Esta marca é representada pela presença de governantes vinculados aos interesses do capital financeiro principalmente a partir da década de 90. A processualidade histórica brasileira principalmente a partir de 1994 confirma que a direção política assumida nesta nação não foi unicamente consequência dos interesses dos governantes, mas principalmente dos grupos que conduziam as decisões macroeconômicas (PAULO NETTO, 2004).

Na contramão da perspectiva protetiva da garantia dos direitos, o modelo pretensamente inovador da classe dominante como alternativa às políticas de governo, deslocava o foco de atenção dos direitos sociais para argumentações ideológicas que visavam defender a ideia de que tudo que se referia ao Estado era tido como ruim, como ineficaz, como passível de corrupção. E ainda defendia-se também que a soberania do Estado era tida como realidade arcaica e que o processo de globalização era o que de melhor poderia ser apresentado às nações. E, por fim, difundia-se largamente críticas que visavam desqualificar todas e quaisquer ações tidas como públicas (PAULO NETTO, 2004).

O investimento nos interesses sociais de forma que seu alcance se limite no campo residual configurando-se mais como perda de direitos no âmbito das políticas públicas do que como oportunidade de acesso, assim como a desestruturação do Estado contribuíram para a consolidação do que comumente se denomina de “contrarreforma” (BEHRING, 2008).

A reforma do Estado está articulada com o projeto de liberar, desimpedir e desregular a acumulação de capital, retirando a legitimação sistêmica e o controle social da lógica democrática passando para a lógica da concorrência do mercado. Sendo assim, concebe-se como parte da reforma (flexibilização e precarização) das bases de regulação das relações sociais - políticas e econômicas -, portanto, articulada à reestruturação produtiva e ao combate ao trabalho, no seio da reestruturação do capital. É assim uma verdadeira contrarreforma, operada pela hegemonia neoliberal, que procura reverter as reformas desenvolvidas historicamente por pressão e lutas sociais e dos trabalhadores, tendo seu ponto máximo expresso na Carta de 1088 (MONTAÑO, 2002, p.29).

Portanto, este termo-síntese refere-se a um processo histórico datado do período pós-ditatorial e que permanece em andamento até os dias atuais, cuja direção é apontada pelos interesses do capital financeiro mundializado, tendo os governantes como executores, ou seja, são os reflexos do capitalismo contemporâneo na intervenção estatal que representam a contrarreforma. E as consequências desses reflexos se fizeram e se fazem sentir de forma mais ou menos regressivas, dependendo da particularidade histórica de cada região ou país (BEHRING, 2008).

Embora possa situar-se como aspecto positivo desse período, a redução das taxas da inflação, verifica-se também a presença de outras variáveis e estas circunscrevem o âmbito da preocupação, quais sejam, a não instauração de uma política distributiva; aumento da dívida externa; dos índices de pobreza e destruição do patrimônio público nacional (IAMAMOTO, 2008).

Com relação à dívida, os custos para assumi-la e mantê-la ocasionaram diminuição de recursos para investimentos e custeios; e os custos com pagamento das elevadas taxas de juros desta dívida, desviaram as aplicações do setor produtivo para o mercado financeiro penalizando a população (BEHRING, 2008; IAMAMOTO, 2008; MOTA, 2010).

Na tentativa de superação das fragilidades da economia brasileira, foram implementadas a abertura comercial, privatizações e a ortodoxia monetarista. Entretanto, as consequências dessas projeções não superaram as fragilidades da economia, pelo contrário resultaram numa perversa combinação de resultados, sendo eles: precarização do trabalho, desregulamentações financeiras, desemprego, recessão, desnacionalização da economia e aumento da vulnerabilidade externa (BEHRING, 2008; IAMAMOTO, 2008).

Estas tendências se reafirmaram nos governos seguintes em que foram dadas continuidades na política econômica do governo anterior, consagrando a ortodoxia econômica monetarista, recomendada pelos organismos internacionais, como a única possível. Além disso, foi mantido um ajuste fiscal duro, juro real elevado, política monetária concentracionista, cambio flutuante e movimentação de capitais (BEHRING, 2008; IAMAMOTO, 2008).

A política neoliberal gerou consequências sociais nefastas no Brasil e os programas sociais criados neste período, visavam apenas compensar os estragos realizados por esta política e pela ausência de efetivas reformas. Nesta direção, Behring (2008) reforça tal realidade ao afirmar que o favorecimento de uma intervenção compensatória e focada na pobreza, e especialmente, na indigência é evidenciada nos diversos programas federais, estaduais e municipais de repasse de recursos financeiros para grupos específicos da população, os quais se encontram em situação de risco, e ainda tendo sempre o caráter seletivo muito delimitado o que restringe a extensão de sua cobertura.

Destaca-se que uma das consequências desta disseminação

ideológica cada vez mais expandida por parte dos governantes comprometidos com uma reforma do Estado aos moldes do capital financeiro foi a instauração do Programa Nacional de Privatização (BEHRING, 2008; IAMAMOTO, 2008).

Como consequência deste novo cenário institucional emerge, portanto, o conceito de cidadão-cliente em substituição ao cidadão de direitos. A noção de cidadão-cliente, considerado como consumidor dos serviços prestados por organizações do terceiro setor suplanta o histórico de iniciativas coletivas voltadas à conquista dos direitos sociais. Neste deslocamento de conceito, funda-se o domínio da privatização, no qual tais organizações evidenciam seu caráter empresarial focado na apresentação de resultados (BEHRING, 2008; MONTAÑO, 2002; MOTA, 2010).

Montaño (2002, p.45-46), define terceiro setor como o “conjunto de entidades públicas não estatais regidas pelo direito civil privado”. Portanto, o terceiro setor, enquanto organismos privados da sociedade civil, afora revelar seus méritos presentes em seus eventuais objetivos manifestos e na “boa intenção” que resolutamente tais organizações dedicam em prol de um “ato solidário e voluntário singular”, isso não impede que as estruturas estatais possam e devam assumir-se como primeiras responsáveis pela implantação e implementação de ações que foquem o combate à situação de pobreza, miséria, exclusão e subalternização que assola o país.

O termo [terceiro setor] é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (primeiro setor), o mercado (segundo setor) e a sociedade civil (terceiro setor). Recorte este [...] claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o político pertencesse à esfera estatal, o econômico ao âmbito do mercado e o social remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista (MONTAÑO, 2002, p. 53).

O ato reflexivo em torno do que se convencionou denominar primeiro, segundo e terceiro setor, permite que se considerem estas três realidades como um sistema multicomposto que necessariamente deve ser alimentado dinamicamente pela interrelação entre tais realidades, pois somente essa interrelação é capaz de responder efetivamente às necessidades dos indivíduos que vivem em sociedade. E, ainda, verifica-se também que o terceiro setor concretamente se configura como primeiro setor porque

[...] se este é identificado com a sociedade civil e se, historicamente, é a sociedade que produz suas instituições, o Estado, o mercado etc., há clara primazia histórica da sociedade civil sobre as demais esferas; o terceiro setor seria na verdade o primeiro (MONTAÑO, 2002, p.54).

2.2 Considerações sobre o cenário político e econômico internacional

Ao refletir sobre o cenário político e econômico internacional, verifica-se não haver muitos aspectos destoantes àqueles verificados na particularidade nacional. Pelo contrário,

num recente Congresso Internacional de Assistentes Sociais, realizado em 10 de julho de 2012 em Estocolmo, na Suécia, onde estavam presentes profissionais de 17 países, a realidade da privatização, a fragilidade econômica e política com repercussões nas práticas empresariais, emergiram nos relatos, experiências e estudos apresentados (LEWGOY *et al.*, 2012).

Na Grécia, a sociedade em geral tem vivenciado as consequências do braço de ferro do Estado por meio de perseguição, repressão e criminalização ao demonstrarem comportamentos de recusa em se posicionar contrários às intervenções coercitivas junto aos grupos de resistência da população pobre diante da instabilidade econômica que marca o país no momento e que se refrata diretamente no mundo do trabalho (LEWGOY *et al.*, 2012).

Em Portugal, a crise político-econômica da atualidade favorece a precarização das condições de trabalho e a diminuição dos rendimentos mensais dos trabalhadores. Essa realidade é ainda adensada por um agravante: a crescente taxa de desempregado a qual tem levado muitos profissionais recém-formados a deixar a nação em busca de melhores oportunidades de trabalho ou mesmo em busca de oportunidade de exercício profissional em outros países da Europa. O Estado não convoca os profissionais para discussões referentes às políticas sociais, por exemplo, sendo que essa função tem sido atribuída ao Terceiro Setor (LEWGOY *et al.*, 2012).

Na Bósnia, as consequências da transição do Socialismo para o Capitalismo se evidenciam. A forma de gestão estatal no âmbito político e econômico aproxima-se do modelo gerencial de intervenção. Predomina-se uma supervalorização das questões administrativas e individuais acentuando o caráter marcadamente conservador das ações. As privatizações e a redução de recursos para aplicação em políticas públicas prevalecem no momento. Não obstante tais realidades estejam sendo enfrentadas fortemente pelos grupos organizados da sociedade com o apoio de muitos profissionais, isso não tem impedido que este processo se fortaleça gradualmente como aconteceu no Brasil (LEWGOY *et al.*, 2012).

Na Croácia, a realidade política e econômica é similar à da Bósnia, pois o processo de instauração do capitalismo tem sido semelhante. Ainda que se escutem ecos do socialismo naquela nação, ele não se faz ouvir pela totalidade do país e nem mesmo é colocado em prática. A política neoliberal sucessivamente está sendo introduzida conforme os modelos da industrialização europeia e, com isso, a desregulamentação da legislação trabalhista começa a se evidenciar gerando preocupação para muitos trabalhadores e para toda a sociedade (LEWGOY *et al.*, 2012).

Na África do Sul, apesar das sérias dificuldades a serem enfrentadas pelas sociedades como situações conflituosas consequentes das diferenças étnicas, políticas e culturais, é a ausência de oportunidades de colocação e recolocação no mercado de trabalho o que tem ocasionado consequências desastrosas no contexto econômico, político e social daquela

nação. Na atualidade, não menos importante também é a realidade econômica quando comparada a questão racial, por exemplo. Aliás, o que se verifica no país africano é a inversão dos pesos e das medidas quando o assunto é a intolerância racial e fragilidade do contexto econômico (LEWGOY *et al.*, 2012).

Na Espanha, a população do país demonstra não visualizar esperanças futuras, pois a instabilidade da economia nesta nação limita as possibilidades de saída. As políticas públicas têm sido alvo de intensos cortes em seus orçamentos, em decorrência da pressão dos mercados externos. Acrescenta-se a isso, a elevada taxa de desemprego, a alta dos preços dos gêneros alimentícios básicos e o encarecimento crescente da prestação de serviços. O Estado não tem investido nas universidades e nas organizações do terceiro setor, ademais, tem assumido uma conduta regressiva no que se refere à instituição familiar culpabilizando-a pelas suas próprias dificuldades socioeconômicas. Se num tempo regresso o grupo familiar espanhol tinha alcançado independência institucional, no momento atual ocorre o inverso, estão retornando à institucionalização a procura de atendimento no interior das políticas públicas. Eleva-se igualmente o voluntariado e com ele a insatisfação da sociedade espanhola em busca de oportunidades de mobilização e organização política. Com o exercício da cidadania almeja-se tentar lutar contra estas novas imposições políticas, econômicas e sociais (LEWGOY *et al.*, 2012).

Na Suécia, existem divergências de opiniões dentro do próprio país. Parte dos suecos defende a não existência de problemas econômicos, mas sim acentuado caráter burocrático nos processos interventivos realizados por parte de profissionais e pelo poder público. Esta realidade se materializa em ações conservadoras, acrílicas e burocráticas, onde os problemas de ordem social passam a ser reconhecidos como reflexos da ideologia e não da economia. De outro lado situa-se aquela parte da população sueca que discorda deste posicionamento, afirmando que o país está sofrendo os reflexos da instabilidade econômica, assim como as demais nações europeias. As consequências são percebidas na diminuição de investimentos em políticas públicas, no desemprego e no crescimento exacerbado do individualismo. As políticas públicas são refratárias desse individualismo, assumindo uma perspectiva individualista de intervenção em contraposição da defesa do coletivo. Em se tratando do desemprego, não obstante a taxa ser menor quando comparada com outros países europeus, ele existe e é reflexo da política econômica internacional adotada também nesta nação (LEWGOY *et al.*, 2012).

Considera-se, portanto, a pertinência da demonstração deste breve contexto internacional no intuito de reforçar que o debate em questão é merecedor de análises por parte da comunidade acadêmica, igualmente preocupada e em condições de oferecer elementos para ampliação das possibilidades de intervenção nesta realidade.

2.3 Considerações sobre a questão social

No sempre renovado interesse pela questão social, é importante considerar a partir de que ponto de vista ela é compreendida, pois essa atribuição de sentidos produz efeitos diretos no direcionamento de ações decorrentes para seu enfrentamento. Dependendo justamente dessa percepção, as intervenções irão se configurar de uma forma ou de outra, dito de outro modo, como eficazes ou apenas paliativas. Nesta direção, o foco do olhar se apresenta como um verdadeiro divisor de águas quando se trata de análises sobre a questão social.

Uma concepção de questão social parte da compreensão de que no decorrer da história humana e partindo do ponto de vista da classe dominante, ela sempre foi considerada como um fenômeno natural, fruto de um processo de exclusão social que se expressa em pobreza, violência, desemprego, trabalho precário e intermitente, debilidade da saúde e inadaptação para o trabalho, habitação precária e insalubre, alimentação insuficiente, fome, fadiga, ignorância, resignação, revolta, tensão e medo (YAZBEK, 2001). Ignora-se o fato de que a questão social seja na realidade uma construção social. A questão social sob este enfoque é vista como disfunção ou ameaça à ordem e à coesão social, tendo sido sempre tratada como ameaça ao poder político alcançado pela burguesia.

E ainda neste aspecto a questão social é reconhecida também “como caso de polícia, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária” (IAMAMOTO, 2011, p.163). Sob esse enfoque, a questão social é criminalizada e o uso de expressões do tipo classes perigosas são constantemente manifestas. As classes populares não são mais reconhecidas como classes laboriosas e por consequência devem ser reprimidas ou naturalizadas (FERREIRA, 2004).

As respostas dadas à questão social percebida sob este ângulo pautam-se na implantação de programas focalizados e descentralizados de combate à pobreza e à exclusão. “Por uma artimanha ideológica, elimina-se no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social, reduzindo-a a uma dificuldade do indivíduo” (IAMAMOTO, 2001, p.18).

Sob outro ângulo de análise, a concepção da questão social emerge da compreensão de que paralelamente ao desenvolvimento do processo histórico do trabalho, a classe operária foi se formando, se consolidando e gradativamente se inserindo no quadro político da sociedade, sendo a partir disso que a questão social passa a ser reconhecida. Neste estágio de evolução, os trabalhadores já conseguem minimamente exigir mais do que simplesmente caridade e/ou repressão e por conta disso o Estado decide estabelecer uma legislação social e trabalhista e implantar e implementar a prestação de serviços sociais (MARTINELLI, 2011).

Este contexto histórico evidencia que a capacidade de resistência da classe trabalhadora é engendrada pela própria questão social. E, partindo-se da consideração

destes determinantes sócio-históricos, apontados como essências ao surgimento da questão social, verifica-se que ela expressa, portanto, o reconhecimento de que a classe menos favorecida é possuidora de direitos sociais. A compreensão de questão social, partindo deste âmbito de análise, remete ao entendimento de que seu reconhecimento deve ser tomado e reforçado como questão nacional, questão pública e questão política (YAZBEK, 2001).

Delinear a concepção de questão social pautada no reconhecimento de que a população que se encontra em situação de pobreza, exclusão e subalternidade é portadora de direitos que devem ser respeitados e viabilizados na sociedade e que tal concepção abrange igualmente a consideração de que a questão social concretiza a capacidade de resistência da classe trabalhadora, significa assumir uma postura na direção da instituição do caráter público dos direitos. E, a partir desta postura legitimadora de direitos, faz-se necessário haurir desse posicionamento um desafio a ser arrostado na conquista e defesa da qualificação das políticas sociais e da responsabilização na abordagem da questão social por parte do Estado de forma a direcionar suas ações em sentido contrário a refilantropização (IAMAMOTO, 2001; PAULO NETTO, 2001; YAZBEK, 2001).

Por refilantropização entende-se a retomada de ações estigmatizadas pela caridade, pelo favor e pela ajuda. E, no trato da questão social brasileira, ou seja, na busca de estratégia a ser implantada face ao reconhecimento da existência de relações de classe no país, a alternativa assumida deveria ser aquela capaz de suplantar iniciativas paliativas calcadas apenas no remediar, o que contribui para que a noção de direito seja substituída pela de bem-estar.

Os padrões de proteção social brasileiro, afora estar contextualizado pelas conquistas expressas na Constituição Federal de 1988 ainda não revela os méritos decorrentes. Entre o que é preconizado na Constituição e o que de fato ocorre, existe um longo caminho a ser percorrido. Portanto, é tributária dessa realidade a necessidade de se efetivar estratégias e enviar esforços coletivos na direção do reconhecimento dos direitos de cidadania no plano real minimizando sua discrepância com o âmbito legal.

Segundo Ferreira (2004, p. 92) questão social é “entendida como um conjunto de expressões da desigualdade social cujas raízes estão na produção socializada e na apropriação privada de seus frutos”. Iamamoto (2011) considera que o conceito de questão social ultrapassa o entendimento de que representa somente expressões de pobreza, miséria e exclusão. Para a autora, a questão social “condensa a banalização do humano na medida em que se materializa na naturalização das desigualdades sociais e na submissão das necessidades humanas ao poder do capital.

A compreensão da questão social como capacidade de resistência da classe trabalhadora; expressão ampliada das desigualdades sociais; parte constitutiva das relações sociais que se estabelecem no interior do sistema capitalista; e,

reconhecimento de que os pobres, excluídos e subalternizados possuem direitos sociais e que tais direitos se configuram como objeto de proteção por parte do Estado, deve favorecer ações na direção do protagonismo e da emancipação dessas classes na sociedade (IAMAMOTO, 2001; PAULO NETTO, 2001; YAZBEK, 2001).

Portanto, torna-se imprescindível a busca por medidas que sejam capazes de minimizar gradativamente a distância entre as necessidades e as possibilidades reais de acesso ao usufruto de bens, serviços e da riqueza socialmente produzida, onde a prestação de serviços se reporte aos direitos sociais e trabalhistas, e que sejam operados em redes não obsoletas, deterioradas e sucateadas. É importante reforçar também que tais medidas necessariamente precisam ser desprovidas das características residuais, incipientes, focalistas, seletivas, reducionistas, irregulares, tímidas, erráticas, improvisadas, inoperantes, ambíguas, *ad hoc*, casuísticas, fragmentadas, e sem regra estável (YAZBEK, 2001).

No Brasil, o que se verifica ainda é que as múltiplas manifestações da questão social tornaram-se objeto de ações filantrópicas, de benemerência e dos programas focalizados de combate à pobreza. As políticas públicas a partir do período de instauração das contrarreformas foram amplamente privatizadas passando a ser delegadas ao terceiro setor. Expandiu-se a compra e venda de bens e serviços que se tornaram alvo de investimentos empresariais. Com isso, a estrutura estatal desresponsabiliza-se das respostas que deveria dar aos reflexos da questão social no âmbito societário (BEHRING, 2008; IAMAMOTO, 2008; MONTANÕ, 2002).

2.4 A prática econômica empresarial em tempos de reestruturação

O crescimento do desemprego desde a década de 90 foi marcante, ocasionado pela destruição dos postos de trabalho uma vez que houve uma reestruturação produtiva das empresas instaladas no país com transformações tecnológicas e organizacionais que pouparam mão de obra. Esta reestruturação foi uma reação à desregulamentação e abertura econômica e a privatização e desnacionalização das empresas na década de 1990 (BEHRING, 2008; IAMAMOTO, 2008).

Paralelamente ao crescimento do desemprego, emergiu também um fraco desempenho da economia brasileira nas últimas décadas. Isso devido ao fracasso dos diversos planos de estabilização econômica, a restrição de crédito e a alta taxa de juros. A sobreposição destas três realidades ancoradas num mesmo período histórico inibiam investimentos na atividade produtiva e favoreciam aplicações financeiras porque estas ofereciam maior rentabilidade (IAMAMOTO, 2008).

E em conformidade com esta realidade, os resultados delineavam-se pelos seguintes caminhos: presença de analfabetismo, baixa escolaridade média da população, precariedade da qualidade de ensino básico, elevadas taxas de mortalidade infantil, materna e por causas externas, como por exemplo, situações de violência e questões de segurança

(IAMAMOTO, 2008).

Com a presença do neoliberalismo, o Estado é pressionado pela necessidade de favorecer finanças e garantir elevados níveis de superávit primário, com isso, tem estreitado seu espaço para realizar investimentos públicos e oferecer políticas sociais essenciais ao desenvolvimento. Verifica-se, portanto, que a economia política caminha na direção da acumulação da riqueza quantitativa, mesmo que para isso precise investir contra aqueles que dispoem somente de sua força de trabalho, precisam às duras penas, conseguir um espaço dentro do mercado para manter sua sobrevivência. A existência desses sujeitos é desprezada neste processo de acumulação e de crescimento econômico, e é justamente este desprezo a causa fundadora da questão social (BEHRING, 2008; IAMAMOTO, 2008).

Diante da necessidade do Estado balizar seus interesses ao do capital, a alternativa encontrada foi a privatização. Porém, as consequências dessa privatização para os direitos sociais universais não são positivos porque na Política Neoliberal são instituídos critérios de seletividade para atendimento de tais direitos (IAMAMOTO, 2008). Neste contexto privatista, os direitos conquistados nos últimos séculos, são desconsiderados pela via da transferência de responsabilidades governamentais para organizações sociais e organizações da sociedade de interesse público e pela via da crescente mercantilização do atendimento às necessidades sociais, abrindo espaços ao capital privado na esfera da prestação de serviços sociais (BEHRING, 2008; IAMAMOTO, 2008).

[...] uma sensível diminuição da intervenção estatal, via privatização das políticas e serviços sociais (tanto no âmbito lucrativo do mercado, quanto para o terceiro setor) via terceirização dos mesmos, via recorte dos gastos sociais, passando esta ação cada vez mais para a responsabilidade dos próprios sujeitos portadores de necessidades, [...] não só significa a retirada parcial do Estado desta função, mas fundamentalmente a passagem de uma responsabilidade do conjunto da sociedade em financiar esta ação estatal para uma autorresponsabilidade dos necessitados pela solução dos seus próprios carecimentos. Isto significa que passa a haver um autofinanciamento pelos próprios sujeitos carentes, complementado pela participação voluntária. [...] Isto é, o capital deixa de ser obrigado a cofinanciar as políticas sociais estatais; passa-se de uma solidariedade sistêmica (mediante a contribuição compulsória e diferencial) para uma solidariedade individual e voluntária (segundo os princípios da autoajuda e da ajuda mútua) (MONTAÑO, 2002, p. 235-236).

Os imperativos neoliberais direcionam a condução de uma política social e no caso específico dos últimos governos do Brasil, verifica-se que as diretrizes brasileiras apresentam fina sintonia e consonância com estas recomendações dos organismos internacionais. Tais diretrizes evidenciam em seus objetivos que a meta não se configura como busca pelo alcance da igualdade de rendas, mas pela expansão do acesso, sendo seu fim último a obtenção da equidade, considerada como igualdade de oportunidades (IAMAMOTO, 2008).

De acordo com os ideários neoliberais, a ação pública deve visar ampliação das oportunidades para aqueles que não têm voz, recursos e capacidade; e, também o respeito e o aumento

das liberdades individuais e do papel do mercado na alocação de recursos. Os pontos cruciais nas diretrizes neoliberais situam-se na recusa em defender a igualdade enquanto acesso as liberdades políticas e ao poder político e focar somente a equidade enquanto busca de oportunidades iguais. Segundo a ideologia neoliberal não se deseja diluir as desigualdades, sendo negada também a defesa do acesso ao poder político por entender que este poder tem autonomia para aumentar a eficácia econômica permitindo inclusive que se interfira na estrutura de produção e reprodução do capital. Assim sendo, se aceita a ampliação até certo ponto dos direitos e da cidadania (IAMAMOTO, 2008).

Portanto, não obstante os projetos de governos brasileiros e interesses particulares firmarem-se neste ambiente privatizado com potencial força impondo um desafio de monta, tal desafio deve ser considerado e assumido como condição essencial na busca da garantia de acesso aos direitos da cidadania por parte de todos aqueles sujeitos individuais ou coletivos comprometidos com o enfrentamento da questão social.

Enfrentar a questão social implica em assumir as necessidades dos trabalhadores, responsabilizar o Estado na atuação de seu combate e instaurar políticas sociais de caráter universais que respondam às exigências da população vitimizada. E ainda é importante ter clareza de que o foco e o direcionamento das ações, ao se trabalhar com a questão social, não podem ser as mesmas com que se trabalha uma situação social problema ou problema social porque se corre o risco de deslocar a causa da questão social “para o indivíduo isolado, responsabilizado e culpabilizado pelas carências humanas” (IAMAMOTO, 2008, p.183).

2.5 Possibilidades e limites de uma alternativa de intervenção nascida no cenário empresarial

Numerosas são as iniciativas com ou sem fins lucrativos que buscam recompor as fraturas existentes na sociedade, preenchendo como intervenções à promoção do bem comum. As lacunas resultantes da economia de mercado, especialmente no que tange à distribuição de renda representam o foco e o terreno propício destas iniciativas.

A ideia clássica de que o mercado ao estar alicerçado na livre iniciativa e na livre concorrência, pautada pela ética por si só já seria suficiente para regular o progresso e gerar a justiça, na prática tem trazido resultados contrários, pois o que se verifica são consequências assentadas na desigualdade social.

A Economia de Comunhão, nascida em 1991, no Brasil, apresenta-se como uma das muitas propostas, uma em meio a tantas contribuições voltadas para minimizar os efeitos da crise do modelo econômico predominante, que acumula riqueza, gera déficit social e destrói a natureza. Uma contribuição que se coloca ao lado de outras como a Responsabilidade Social, a Economia Solidária e o Microcrédito na difícil tarefa de conjugação entre economia e comunhão.

Reconhecida como uma alternativa embrionária de

valorização dos recursos humanos dentro e dos ambientes empresariais, a Economia de comunhão que atualmente conta com 745 empresas somente no Brasil, apresenta similitudes com outras propostas alternativas ao modelo econômico vigente ao voltar sua atenção também às atividades produtiva, distributiva e financeira em todos os seus níveis. A Economia de Comunhão apresenta-se na atualidade como um exemplo concreto de resposta institucional ao problema da vulnerabilidade socioeconômica presente em alguns países, dentre eles o Brasil.

Tendo como objetivo central a cooperação recíproca, a produção empresarial e a justiça social, o Projeto é delegado à iniciativa privada, de empresas já existentes e outras iniciadas por empreendedores que tenham interesse na partilha dos lucros. Trata-se de empresas com fins lucrativos, sendo que a destinação de tais lucros contemplam as necessidades da própria empresa com o objetivo de mantê-la e desenvolvê-la e de outro ângulo o custeio de ações individuais, familiares ou coletivas voltadas às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A Economia de Comunhão não se trata de um movimento de empresários sensibilizados e agregados em torno do “socorro aos pobres”. O que tais empresários buscam é concretizar uma prática econômica mais justa e, para isso, sabem que o caminho passa por uma mudança de mentalidade, uma mudança cultural que priorize os relacionamentos.

A aspiração que pauta as ações destes empresários advém de um desejo de praticar ações em prol do bem comum, desejo este muitas vezes já materializado na atuação em projetos sociais direcionados à comunidade, principalmente as que se encontram em situação de pobreza ou exclusão. A atuação nestes projetos sociais anterior ou concomitantemente ao trabalho desenvolvido nestas empresas, ocorre não somente no Brasil, mas também em outros países onde tais empresários da Economia de Comunhão se encontram. Portanto, a Economia de Comunhão consiste numa experiência internacional.

O ato de voltar-se à comunhão consiste numa escolha livre e consciente por isso a adesão do empresário ao Projeto não se cofigura como uma obrigatoriedade. E mesmo após sua adesão, se reconhece que as situações particulares de cada empresa é de fórum íntimo de cada empresário sendo ele livre também para destinar (ou não) uma parcela de seus lucros aos que deles necessitam. A plena liberdade, aliás, é presença marcante no Projeto Economia de Comunhão.

E, ainda, a destinação dos lucros não ocorre necessariamente em partes iguais. Periodicamente, cada empresário define a quantidade de recursos que devem ser reinvestidos na própria empresa e depois livremente, destina o restante às ações de combate às situações de miséria, exploração ou subalternidade.

Em pesquisada realizada num site específico do Projeto, identificou-se o estado do conhecimento a respeito do assunto e com isso descobriu-se que alunos de graduação, especialização, pesquisadores em geral dos programas de Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, Livres Docentes,

estudiosos e profissionais em geral de várias nações focam seus olhares neste Projeto que advindo do terceiro setor, tem potencial para oferecer sua parcela de contribuição no resgate do aspecto humano no interior da ambiência empresarial, bem como fora dela. Vários foram, e outros ainda são na atualidade, produtores de conhecimento a respeito de uma realidade um tanto que incomum na área empresarial.

Destacam-se nestas produções os alunos de diversas graduações que optaram por elaborar seus respectivos trabalhos de conclusão de curso em torno desse assunto. Igualmente pós-graduandos de lato e stricto sensu, bem como livres docentes decidiram-se por oferecer sua parcela de contribuição na construção do conhecimento científico, contribuindo assim para dar visibilidade e reconhecimento ao Projeto.

Embora surgido no Brasil, o Projeto ganha destaque nas agendas acadêmicas da Itália e num segundo patamar no Brasil. Na sequência, a Argentina se coloca como terceiro país produtor de conhecimento a respeito do Projeto, acompanhada por países como África, Croácia, Ilhas mediterrâneas de Malta e a França.

Não menos importante se configuram também países como Chile, Bolívia, Coréia do Sul, Áustria, Alemanha, Holanda, Espanha, Grã Bretanha e Portugal os quais igualmente voltam seu olhar crítico-analítico para o Projeto. E, embora a quantidade de produção acadêmica em países como Paraguai, Colômbia, Equador, Suíça, Eslovênia, Estados Unidos, Rússia, Hungria, República Tcheca, Luxemburgo, México, Eslováquia, Filipinas e Polônia seja menor quando comparada com os demais países citados, isso não invalida a contribuição acadêmica destas nações uma vez que se houve interesse para produção do conhecimento sobre o assunto é sinal de que de alguma forma os reflexos das ações dos empresários

envolvidos no Projeto se fizeram sentir nestes locais, ao ponto de despertar o interesse destes acadêmicos e pesquisadores.

A Economia de Comunhão busca se consolidar como uma das muitas propostas atuais e vigentes na resposta aos desafios da crise global, levando em consideração os dilemas que se colocam para o empresário com relação à produtividade, qualidade, eficiência, lucratividade e, sobretudo, com relação à importância do ser humano envolvido nesse ambiente empresarial e fora dele.

Algumas das características de um típico empresário da Economia de Comunhão são buscar sempre a: capacitação, estudando e se desenvolvendo continuamente na sua área; comunicação e o diálogo; o desenvolvimento harmonioso da empresa; ética; o intercâmbio com a comunidade; e, desenvolvimento de uma atitude de abertura e sensibilidade que o leve a tornar-se capaz de partilhar o lucro com os que vivem em situação de subalternidade (BENITES, 2009).

O Projeto Economia de Comunhão se configura como empresas-comunidade, envolvendo sobrevivência financeira, compartilhamento de resultados, fidelidade à missão e aos valores, harmonia no relacionamento interno, compromisso com a cidadania e o meio ambiente, desenvolvimento contínuo do conhecimento e intercâmbio de experiências. A inovação é a destinação de parte dos lucros com os mais necessitados, porém não possui característica assistencialista (BENITES, 2009).

No quadro a seguir, ilustra-se a quantidade, bem como a origem das produções acadêmico-científicas cujos temas retratam o estado do conhecimento em torno da temática Economia de Comunhão. O intervalo de tempo analisado corresponde ao período de 1992 aos dias atuais, quais sejam 20 anos de existência de uma iniciativa realizada no ambiente empresarial cujos reflexos se fazem sentir de forma persistente na contemporaneidade.

Quadro 1: Produção acadêmica sobre o Projeto Economia de Comunhão

Continua ...

Produção Acadêmica sobre Economia de Comunhão									
	Grad	Espec	MBA	Mest	Dout	Pós-Dout	Livre Doc	2ª Livre Doc	Total Geral
Itália	53	17	1	2	2	80	3	1	159
Brasil	65	35	1	11	9	*	*	*	121
Argentina	4	1	*	3	*	*	*	*	5
África	3	*	*	*	*	*	*	*	3
Croácia	1	*	*	2	*	*	*	*	3
Malta	1	*	*	2	*	*	*	*	3
França	1	*	*	1	1	*	*	*	3
Coréia do Sul	1	1	*	*	*	*	*	*	2
Chile	*	1	*	1	*	*	*	*	2
Áustria	1	*	1	*	*	*	*	*	2
Alemanha	2	*	*	*	*	*	*	*	2
Holanda	1	*	1	*	*	*	*	*	2
Espanha	*	2	*	*	*	*	*	*	2
Grã Bretanha	*	1	*	*	1	*	*	*	2
Portugal	*	*	*	2	*	*	*	*	2

... Continuação

Produção Acadêmica sobre Economia de Comunhão									
	Grad	Espec	MBA	Mest	Dout	Pós-Dout	Livre Doc	2ª Livre Doc	Total Geral
Bolívia	1	*	*	1	*	*	*	*	2
Suíça	1	*	*	*	*	*	*	*	1
Eslovênia	1	*	*	*	*	*	*	*	1
USA	1	*	*	*	*	*	*	*	1
Paraguai	1	*	*	*	*	*	*	*	1
Equador	1	*	*	*	*	*	*	*	1
Rússia	*	*	*	*	1	*	*	*	1
Colômbia	1	*	*	*	*	*	*	*	1
Hungria	1	*	*	*	*	*	*	*	1
Rep. Tcheca	1	*	*	*	*	*	*	*	1
Luxemburgo	1	*	*	*	*	*	*	*	1
México	*	1	*	*	*	*	*	*	1
Eslováquia	*	*	*	1	*	*	*	*	1
Filipinas	*	*	*	1	*	*	*	*	1
Polônia	*	*	*	1	*	*	*	*	1

Fonte: www.ecodicom.net/tesi.php

Embora a Economia de Comunhão volte seu olhar preocupado às situações de pobreza, posiciona-se contrária ao assistencialismo, pois os ideais que sustentam suas ações estão pautados no resgate da dignidade da pessoa. Nesta direção uma de suas características básicas é o investimento em situações reais de vulnerabilidade socioeconômica nas quais o receptor dos recursos apresente um projeto de vida que lhe possibilite deixar a situação de subalternidade.

O relacionamento entre os integrantes do Projeto se faz presente, ou seja, entre empresários e pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade. E deste relacionamento emergem espaços favoráveis para reflexões objetivas em torno da situação apresentada por parte dessas pessoas ou família, o que contribui para definição do período em que permanecerão sendo atendidos pelo Projeto (ESPRI, 2012).

Inexiste qualquer obrigação por parte daqueles que recebem os recursos de posterior contribuição, sob qualquer espécie. O repasse dos lucros das empresas da Economia de Comunhão é temporário e a permanência deste repasse é proporcional ao tempo em que durar a necessidade que o originou. Por exemplo, muitas são as situações de jovens que não podiam pagar uma faculdade, ou mesmo manter a sobrevivência básica em locais onde conseguiram acessar vagas em Universidades federais ou estaduais, outras situações se referem ao término de edificações construídas para a moradia, e ainda para tratamentos de saúde, enfim estes são alguns dos inúmeros exemplos.

O raio de atuação da Economia de Comunhão junto aos demodatários ainda é muito pouco, isso é fato. Possivelmente, no dia em que consigam interferir nas políticas públicas, o alcance seja maior. Na atualidade, a iniciativa, tem se apresentado com capacidade de resolução, pelo menos em pequena escala, como um protótipo, de algumas situações

decorrentes da má distribuição das riquezas socialmente produzidas. Portanto, os resultados atingidos apresentam-se como que experiências de laboratório, mas com elementos da vida real, por isso com potencial para aplicação em larga escala desde que exista a adesão de novos empresários, sensíveis à experiência da gestão participativa, da distribuição dos lucros entre os funcionários e que por fim queiram também partilhar os lucros não somente com os funcionários, mas também com pessoas externas ao ambiente da empresa (BENITES, 2009).

As empresas da Economia de Comunhão têm se apresentado no mercado com competência reconhecida até mesmo pela concorrência porque além de terem sido abertas por pessoas que possuem minimamente uma predisposição para atuação na área empresarial, tais pessoas também possuem como objetivo a geração do lucro, porém não com a intenção de acumular, mas de partilhar. Ao contrário da economia consumista, baseada na cultura do ter, a Economia de comunhão é a economia do dar.

Existe ainda a “Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais” (ESPRI) que consiste numa sociedade anônima de capital fechado mantida por acionistas e fundada em 1993 com o objetivo de viabilizar a instalação de Polos Empresariais.

Os polos empresariais foram previstos no lançamento do Projeto da Economia de Comunhão. O objetivo destes polos é reunir empresas e dar visibilidade ao Projeto, configurando-se também como um “laboratório”, onde se testam e aperfeiçoam os princípios da Economia de Comunhão, ou mesmo um “modelo” para outras empresas que já aderiram ao Projeto ou querem aderir. Estes polos estão presentes na Argentina, Itália, Croácia e Bélgica. O Brasil se apresenta como país precursor na instalação de tais polos, sendo que hoje se encontram três estados: em Recife-PE, Belém-PA e em Cotia, a 50 km de São Paulo, com área total de 50 mil m² (ESPRI, 2012).

Estas empresas como qualquer outra também vivenciam experiências difíceis e possibilidades eminentes de falência. Muitas são as situações que levam as empresas da Economia de Comunhão a não se sustentarem sozinhas. Em face destas realidades as alternativas buscadas são primeiramente equacionar os problemas tendo como critérios o respeito e a preocupação com as pessoas envolvidas nas dificuldades e segundo a preservação do Projeto.

A Economia de Comunhão assemelha-se a um corpo e as empresas são consideradas como membros desse corpo. Assim, da mesma forma como a proposta é partilhar os lucros com pessoas físicas em situação de vulnerabilidade, o mesmo ocorre com pessoas jurídicas, ou seja, tais empresas “em situação de dificuldade para manterem-se no mercado” tornam-se alvos de partilhas por parte de outras empresas da Economia de Comunhão que naquele momento não estão passando por crises financeiras. Existe um acentuado interesse recíproco entre os empresários da Economia de Comunhão que se ajudam mutuamente sempre que se despontam as necessidades (BENITES, 2009).

São valorizados e continuados os momentos de encontro entre estes empresários tanto para troca de dificuldades quanto para a troca de sucessos alcançados. As reflexões partilhadas em reuniões, encontros e congressos, o apoio e consultoria técnica de outras empresas do Projeto contribuem muito para o fortalecimento do relacionamento entre estes empresários. Nestas ocasiões, eles se dão a conhecer aos outros e as alternativas de resolução dos problemas são partilhadas. A maturidade que gradativamente o Projeto vai alcançado permite que os empresários tenham maior liberdade e abertura para expor dificuldades enfrentadas (BENITES, 2009).

A sobrevivência empresarial é buscada com esforço por parte de todos os integrantes do Projeto tendo em vista tratar-se de empresas da Economia de Comunhão, ou seja, empresas que destinam parte de seus lucros às pessoas em situação de pobreza, miséria, exclusão e subalternidade.

3 Conclusão

Reconhecidamente, o processo de privatização do Estado é realidade presente na nação brasileira, cujos reflexos se fazem sentir no âmbito das políticas públicas e da prática econômica empresarial. As necessidades de naturezas diversas emergem ocasionando o que se denomina de questão social. Entretanto, verifica-se que, não obstante, a situação de risco socioeconômico em que se encontram muitos brasileiros no país, o despontar e consolidação de alternativas de respostas por meio do terceiro setor têm ocorrido na medida de suas possibilidades.

Quanto a iniciativa das empresas da Economia de Comunhão, vários são os desafios para ampliação do Projeto, aumento de sua credibilidade e ainda reconhecimento por parte das ciências, especialmente a econômica. A sensibilidade

pelas causas sociais não está presente no ideário das empresas. A busca por uma prática econômica mais justa não representa aspiração partilhada por todos os empresários. A existência dos incrédulos ao reforçar com palavras e ações que tal realidade, mesmo realizada em pequena escala, não é possível, não é viável e é irreal freia o desenvolvimento do Projeto.

A necessidade de se investir em conhecimentos que subsidiem as bases culturais e antropológicas do Projeto de forma a desvinculá-lo de possíveis orientações com fundo religioso também se configura como outro desafio. E ainda é motivo de reflexão também o fato dos princípios do Projeto, por serem aplicados em empresas de pequeno e médio porte, alcançar maior sucesso do que quando forem aplicados em empresas de grande porte.

Por fim, a história é um processo aberto e a liberdade que acompanha os seres humanos no planeta terra é um forte determinante a direcionar os rumos da história da humanidade. Ademais, tudo o que foge ao senso comum traz certos incômodos, isso é natural e é de se esperar.

Referências

- BEHRING, E.R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e a perda de direitos*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BENITES, M.R. *Pessoas que fazem a economia de comunhão*. São Paulo: Cidade Nova, 2009.
- ESPRI S.A. *Projeto economia de comunhão*. 2012. Disponível em: <<http://www.espri.com.br>>. Acesso em: 28 nov. 2012.
- FERREIRA, I.B. Implicações da reforma do ensino superior para a formação do assistente social: desafios para a ABEPSS. *Revista Temporalis*, v.1, n.1, p.81-97, 2004.
- IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*, Brasília, v.2, n.3, p. 9-32, 2001.
- IAMAMOTO, M.V. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I. *et al.* (Org.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008, p.13-43.
- IAMAMOTO, M.V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LEWGOY, A.M.B. *et al.* Relatório de viagem: síntese da reunião do Serviço Social Radical durante o Congresso Internacional de Estocolmo. *Revista Temporalis*, v.2, n.24, p.473-481, 2012.
- MARTINELLI, M.L. *Serviço social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOTA, A.E. Questão social e serviço social: um debate necessário. In: MOTA, A.E. (Org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010, p.21-57.
- PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Revista Temporalis*, v.2, n.3, p. 9-32, 2001.
- PAULO NETTO, J. Reforma do Estado e impactos no ensino superior. *Revista Temporalis*, Goiás, v.1, n.1, p.11-33, 2004.
- YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Revista Temporalis*, v.2, n.3, p.33-39, jan./jul. 2001.